Simulado FGV

DEGRAU CULTURAL

www.degraucultural.com.br

ALERTA!! PERIGO!!! Os desavisados correm o risco de entrar em pânico.

Quando solicitamos que o professor elabore questões para os Simulados, orientamos que as questões devem ser inéditas e em um grau de dificuldade bem superior à do concurso oficial.

O professor deve refletir sobre as aulas que ministrou e não elaborar questões que os alunos que estudaram com ele venham a acertar.

O Simulado deve preparar o aluno para acertar questões inéditas que nunca foram cobradas, que são as que fazem a diferença, deve preparar o aluno para lidar com o imprevisível, para não ser surpreendido e entrar em pânico no dia do concurso se as questões de alguma(s) disciplina(s) vierem com alto grau de dificuldade.

Por vezes alunos reclamam: “as questões estão fora do padrão da Banca”, devem estar mesmo, a pergunta a se fazer é: Se vier uma questão assim a Banca vai anular?

Para as questões parecidas com as da Banca e com nível de dificuldade normal, você deve se preparar fazendo questões de provas anteriores, é o dever de casa de vocês.

O Simulado é para atestar o que vocês não sabem e não o que vocês sabem, o que vocês já sabem, beleza, vocês já sabem vamos em frente, aquilo que vocês não sabem deve ser motivo de atenção e estudo, é o que vai fazer a diferença.

SIMULADO FGV

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I

A RAPOSA E AS UVAS
(adaptação de Guilherme Figueiredo)

Uma raposa faminta entrou num terreno onde havia uma parreira, cheio de uvas maduras, cujos cachos se penduravam, muito alto, em cima de sua cabeça. A raposa não podia resistir à tentação de chupar aquelas uvas; mas, por mais que pulasse, não conseguia abocanhá-las. Cansada de pular, olhou mais uma vez os apetitosos cachos e disse:
- Estão verdes...

01. O texto recebe o título A raposa e as uvas. Por que a história recebe esse título?
a) Porque elas representam, respectivamente, o mal e o bem da história.
b) Porque elas são os elementos principais da história narrada.
c) Porque ambas são personagens famosas de outras histórias.
d) Porque a raposa é um animal astuto, e a uva é uma fruta frágil.
e) Porque ambas são elementos telúricos.

02. Qual das qualidades a seguir pode ser atribuída à raposa?
a) megalomaníaca.
b) ingrata.
c) negligente.
d) desdenhadora.
e) precipitada.

03. O adágio que completaria eficientemente o texto é:
a) A união faz a força.
b) Quem tudo quer tudo perde.
c) Não se deve contar hoje com os lucros de amanhã.
d) Uma boa ação se paga com outra.
e) É fácil desdenhar aquilo que não se consegue.

04. O texto "A raposa e as uvas", quanto à tipologia textual, pode ser classificado como
a) uma publicidade.
b) uma ode.
c) uma fábula.
d) uma novela.
e) uma paródia.

05. "A raposa não podia resistir à tentação de chupar aquelas uvas; mas (...) não conseguiu abocanhá-las." Analisando o emprego do conector <u>mas</u> na construção acima, é possível concluir que, além de ligar as duas partes da frase, ele desempenha a seguinte função:
a) evidenciar uma relação de igualdade de sentido entre as duas partes.
b) desfazer a ambiguidade semântica da primeira parte.
c) permitir a compreensão interna das duas partes.
d) evidenciar uma relação de sentido entre as duas partes.
e) comparar as ideias das duas partes.

06. Quanto ao modo de organização discursiva, pode-se dizer que o texto é uma
a) dissertação expositiva.
b) narrativa realista.
c) opinião polêmica.
d) descrição subjetiva.
e) narrativa moralizante.

07. " – Estão verdes..." O comentário adequado a esta passagem do texto é:
a) A bravura não se mostra com palavras, mas com fatos.
b) O fim de uma história depende sempre de quem a conta.
c) Muitas vezes procuramos menosprezar, por não se conseguir, o que desejamos.
d) Quando se procura, acaba achando.
e) O que é direito para um pode ser errado para outro.

08. – Estão verdes...; o emprego de reticências nesse segmento do texto significa que
a) há algo que o autor deixa para que a imaginação do leitor complete.
b) a raposa suspendeu a ideia por não ter o que falar.
c) tudo o que a raposa falou foi registrado no texto.
d) alguns pensamentos da raposa foram censurados.
e) o autor não registrou alguns pensamentos da raposa por serem desnecessários.

09. "...por mais que pulasse..."; a expressão por mais que tem, nesse caso, valor semântico distinto do encontrado em:

a) Dez beijos que fossem, não queria dizer coisa alguma.
b) Se bem que não estivesse preparado, não merecera, contudo, aquela repreensão.
c) Conquanto não estudasse, conseguia aprender.
d) Não obstante estar com noventa anos, ainda trabalha.
e) A não ser que estudes, passarás.

10. O texto apresenta termos que retomam outros; o item em que isso NÃO ocorre é:

a) "...não conseguia abocanhá-las".
b) "...num terreno onde havia uma parreira".
c) "...em cima de sua cabeça".
d) "Uma raposa faminta entrou num terreno".
e) "...cujos cachos se penduravam...".

11. "...cujos cachos se penduravam..."; o vocábulo destacado pertence à classe dos pronomes relativos; o item que apresenta erro no emprego do pronome relativo é:

a) Comprei a casa de que meu amigo tanto falava.
b) O jantar para o qual fui convidado foi agradável.
c) Todos já conhecem a moça a quem amo.
d) Bebia toda a água que lhe davam.
e) Havia um tempo onde os ídolos eram respeitados.

12. "...cheio de uvas maduras"; em relação ao adjetivo "cheio" pode-se afirmar que

a) poderia também aparecer com a forma cheia.
b) razões semânticas fazem que a única forma possível do adjetivo seja cheio.
c) a única forma correta do adjetivo é cheio.
d) o autor preferiu a concordância por atração.
e) o autor do texto cometeu um erro de concordância.

13. "Cansada de pular..."; a vírgula que segue o segmento se justifica

a) por se tratar de uma oração reduzida.
b) por aparecer uma oração no início do período.
c) por se tratar de uma oração subordinada.
d) porque o autor deixou um verbo elíptico.
e) por se tratar de uma oração subordinada adverbial reduzida no início do período.

14. Se reescrevermos a parte final do texto, começando a frase por "Cansada de pular, olhou mais uma vez os apetitosos cachos e disse...", a forma correta que a completaria seria:

a) que estariam verdes.
b) que estarão verdes.
c) que estão verdes.
d) que estavam verdes.
e) que os cachos estão verdes.

15. Assim como tentação, derivado de "tentar", outros verbos possuem substantivos derivados de verbos com o sufixo –"ção"; o item em que todos os verbos citados possuem substantivos desse tipo é:

a) ascender – propender – pretender.
b) deslocar – alocar – reter.
c) coroar – desenvolver – laçar.
d) publicar – receber – descobrir.
e) colocar – prover – envolver.

16. O valor semântico do sufixo que aparece em parreira é idêntico ao encontrado no vocábulo.

a) bebedouro.
b) satisfatório.
c) calçadeira.
d) budismo.
e) refeitório.

17. Este simulado de múltipla escolha pode ser caracterizado como hipertextual, pela seguinte razão:

a) procura ler as mensagens numa ordem inversamente proporcional.
b) apresenta variedade de textos: narrativo, charge, e poema.
c) apresenta textos que discutem o mesmo assunto.
d) apresenta uma alternativa que pode ser falsa ou verdadeira.
e) permite a leitura dos enunciados e das alternativas em ordem diferentes.

Observe a charge a seguir:

18. O item em que o vocábulo "que" apresenta valor idêntico ao encontrado no segundo balão é:
a) Não sei o que queres.
b) Descobri que livro ler.
c) Não sei que queres.
d) Que os fatos já se passaram diz a história.
e) Dize-me de que lado estás.

19. Qual o segmento que apresenta vocábulo "se" com papel sintático idêntico ao que aparece no segundo quadrinho:
a) Se se pudesse o espírito educar, as pessoas seriam mais felizes.
b) Tornou-se cristão ao se convencer da utilidade da religião.
c) Os alunos foram-se embora.
d) Não se deve esquecer dos nossos benfeitores.
e) Se ele estuda só Deus sabe.

20. A formação do último vocábulo do terceiro quadrinho é idêntico ao encontrado no segmento seguinte:
a) Ele anda desorientado, senão reclamando.
b) Lá vem ele, vitorioso do combate.
c) Não chegaram a trocar um isto de prosa.
d) Não vou mais me entristecer, vou é cantar.
e) Moeda escura, recolhida, desusada.

21. O vocábulo "biscoitinhos" apresenta sufixo formador de diminutivo; o item que apresenta sufixo diminutivo com reforço:
a) cordelzinho .
b) pequenino.
c) aviãozinho.
d) livreco.
e) cerebrozinho.

22. A primeira oração do terceiro quadrinho apresenta classificação idêntica à encontrada em:
a) Estudamos muito; tenhamos, pois, confiança.
b) Espere, pois já volto.
c) As fontes fornecedoras do álcool são renováveis, portanto estamos diante de um combustível mais adequado à escassez da realidade atual.
d) Deus cura, e o médico manda a conta.
e) Não sendo atendido pelo médico, retirou-se decepcionado, mas pagou a consulta.

23. No enunciado do último balão da charge, o Snoopy
a) questiona certo tipo de comportamento com a intenção de ridicularizar.
b) diz o contrário do que está pensando.
c) alivia uma ideia para não agredir.
d) inverte a estrutura frásica para realçar a ideia.
e) interrompe uma ideia como forma crítica.

Texto 2

FOBIA
(Luiz Fernando Veríssimo)

Não sei como se chamaria o medo de não ter o que ler. Existem as conhecidas claustrofobia (medo de lugares fechados), agorafobia (medo de espaços abertos), acrofobia (medo de altura) (...) e as menos conhecidas ailurofobia (medo de gatos), iatrofobia (medo de médicos) e até a treiskadekafobia (medo do número treze), mas o pânico de estar, por exemplo, num quarto de hotel, com insônia, sem nada para ler, não sei que nome tem. É uma das minhas neuroses.

24. No texto 2, Veríssimo mostra
a) algumas neuroses do ser humano em hotéis de luxo,
b) várias neuroses do ser humano.
c) todas as neuroses das pessoas inseguras em hotel de luxo.
d) a insônia das pessoas que têm problema mental.
e) o alto grau de "stress" por que os jovens passam.

25. "Não sei como se chamaria o medo de não ter o que ler"; a função do vocábulo "se" neste segmento do texto 2 se repete exatamente em:
a) Ao alunos se houveram bem nos testes.
b) Os jovens suicidaram-se.
c) Esmola-se uma esmola qualquer.
d) Não sei se voltarei cedo.
e) Ele lembrou-se do recado.

26. No texto 2, as duas ocorrências de "quê" correspondem, respectivamente, às seguintes classes gramaticais:
a) pronome relativo / conjunção integrante.
b) conjunção integrante / pronome indefinido.
c) pronome indefinido / pronome interrogativo.
d) pronome relativo / pronome indefinido.
e) conjunção integrante / advérbio

27. Luiz Fernando Veríssimo cita exemplos em que entra o radical grego "fobia" que significa "medo, aversão"; o vocábulo abaixo que NÃO tem sua significação corretamente indicada é:

a) xenofobia = aversão às pessoas e coisas estrangeiras.
b) talassofobia = medo de mar.
c) amaxofobia = aversão a carrros.
d) eritrofobia = medo de antibióticos.
e) tanatofobia = medo doentio da morte.

28. "...medo de não ter..." e "...num quarto de hotel..."; as duas ocorrências da preposição DE apresentam, respectivamente, valor

a) qualidade / posse.
b) posse / origem.
c) relacional / nocional.
d) tipo / causa.
e) causa / consequência.

29. Aponte o item que NÃO apresenta a caracterização adequada aos elementos destacados:

a) "sala de aula" é frame de "giz, apagador, quadro-negro, e livros".
b) "flor" é hiperônimo de "rosa, cravo, orquídea e crisântemo".
c) "sessão, seção, cessão e ceção" são homônimos de "secção".
d) "bicicleta, charrete, avião e moto" são hipônimos de "veículos".
e) "gelado, frio, morno e quente" são intensificações de "congelado".

30. Assinale o item em que NÃO há profunda diferença de sentido entre a expressão com artigo e a sem ele:

a) Cair da cama / Cair de cama;
b) Amigo da verdade / Amigo de verdade;
c) Dona da casa / Dona de casa;
d) Toda a cidade / Toda cidade;
e) Estar na terra / Estar em terra.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. CEPID – A Defensoria Pública é instituição constitucionalmente autônoma e independente, essencial à função jurisdicional do Estado, expressão e instrumento do regime democrático, incumbida, fundamentalmente, da orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, dos necessitados. Acerca desta tema, marque a alternativa correta.

a) A Defensoria Pública é órgão independente, porém, vinculado ao Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.
b) A Defensoria Pública, a partir da sua capacidade postulatória, possui personalidade jurídica.
c) Com base na teoria do mandato, ou teoria da representação, os atos dos defensores públicos e dos servidores deste órgão são, na verdade, imputados à Defensoria.
d) A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista sua autonomia e atividade desempenhada, é classificada como uma autarquia estadual de natureza profissional.
e) Tendo em vista as possíveis classificações de órgãos públicos, a Defensoria é enquadrada como um órgão de controle.

32. CEPID – Administração Pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que procura satisfazer as necessidades da sociedade, tais como educação, cultura, segurança, saúde, dentre outras áreas. Em outras palavras, Administração Pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos. Tendo em vista este conceito, julgue os itens abaixo.

I. Nenhum órgão possui personalidade judicial.
II. A prestação de serviços públicos através das entidades da administração pública indireta caracteriza um modelo direto de execução de serviços.
III. As estatais econômicas somente poderão obter imunidade tributária a partir da extensão de mesmos benefícios ao setor privado.

IV. A qualificação como agência executiva demanda a avaliação da conveniência e oportunidade por parte do Poder Público.

Estão corretas:
a) III e IV.
b) I e III.
c) II, III e IV.
d) I e IV.
e) I, III e IV.

33. CEPID – Chefe do Poder Executivo estadual editou decreto para fixar datas de dispensa do expediente à servidores de diversos órgãos estaduais. De acordo com o poder regulamentar, julgue:

I. Este poder é exclusivo do Chefe do Poder Executivo.
II. É utilizado para preencher lacunas, porém, não intencionalmente deixadas pelo legislador.
III. Podemos entender este decreto como autônomo.
IV. Esta atribuição é indelegável.

a) II e IV.
b) III e IV.
c) I e IV.
d) I e III.
e) II e III.

34. CEPID – Poder de Polícia é prerrogativa de ordem pública que permite à administração pública restringir ou limitar interesses, direitos ou utilização de bens de natureza privada em prol da coletividade. Nesse contexto, de acordo com modernas doutrinas e jurisprudência do STJ, o poder de polícia é:

a) Delegável na fase de consentimento e fiscalização de polícia, pois está ligado ao poder de gestão do Estado.
b) Delegável na fase de sanção de polícia, pois está ligado a poder discricionário do Estado.
c) Indelegável em qualquer fase, pois decorre do poder extroverso do Estado.
d) Indelegável em qualquer fase, pois é prerrogativa de ordem pública.
e) Indelegável em qualquer fase, pois decorre da imperatividade e coercibilidade estatal.

35. CEPID – Segundo a lei 8.666/93, lei geral de licitações e contratos, o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT corresponde a definição de:

a) Projeto Executivo.
b) Empreitada por preço unitário.
c) Projeto básico.
d) Projeto inicial.
e) Empreitada integral.

36. CEPID – Segundo a lei 8.666/93, os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

a) No caso de concorrência do tipo menor preço, 45 dias.
b) No caso de concurso, 30 dias.
c) No caso de leilão, 5 dias úteis.
d) No caso de tomada de preços de melhor técnica, 30 dias.
e) No caso de convite, 15 dias.

37. CEPID – A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro deseja realizar uma contratação de obra orçada em R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Como servidor responsável pela condução do procedimento, a atitude correta, com base na lei 8.666/93, é:

a) Realizar necessariamente a contratação direta por dispensa de licitação.
b) Optar pela contratação direta ou pela realização de licitação que poderia ser na modalidade de convite, tomada de preços ou concorrência.
c) Realizar a licitação necessariamente na modalidade convite.
d) Optar pela contratação direta ou pela realização de licitação que necessariamente deve ser na modalidade convite.
e) Optar pela contratação direta ou pela realização de licitação que necessariamente deve ser na modalidade concorrência.

38. CEPID – A lei 5.427/09 estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, tendo por objetivo, em especial, a proteção dos direitos dos administrados e o melhor cumprimento dos fins do Estado. Acerca desta lei, marque a alternativa incorreta.

a) Como único caso de vedação, não podem ser objeto de delegação as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

b) Das decisões finais produzidas no âmbito das entidades da administração indireta caberá recurso administrativo, por motivo de ilegalidade para o titular da Secretaria de Estado à qual se vinculem.

c) Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes no próprio órgão responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, a autoridade competente para a instrução, verificada a procedência da declaração, proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias, ou justificará a eventual impossibilidade de fazê-lo.

d) Salvo disposição legal específica, é de quinze dias o prazo para interposição de recurso administrativo dirigido contra decisão final, e de cinco dias o prazo para interposição de recurso administrativo dirigido contra decisão interlocutória ou decisão que adotar providência acauteladora, contados a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

e) Fica impedida a autoridade ou agente que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

39. CEPID – Assessoria jurídica emite parecer no sentido de que os contratos administrativos: a) são submetidos à normas de direito público conferindo prerrogativas à Administração Pública em razão do interesse público presente nos contratos administrativos; e b) há presença, neste tipo de avença pública, de notável instabilidade contratual, também, em razão da presença do interesse público. Este parecer traz, respectivamente, as características:

a) da unilateralidade e da comutatividade.
b) da unilateralidade e da mutabilidade.
c) das cláusulas exorbitantes e da comutatividade.
d) da bilateralidade e da comutatividade.
e) das cláusulas exorbitantes e da mutabilidade.

40. CEPID – Segundo a lei 8.666/93, lei geral de licitações e contratos, contrato administrativo é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada. Acerca deste tema, marque a alternativa correta.

a) Os contratos administrativos, embora devam ser escritos, podem ser verbais até o limite de R$ 8.800,00.

b) Os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

c) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato e por fato da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

d) O contrato administrativo pode ser rescindido unilateralmente no caso de não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

e) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos trabalhistas resultantes da execução do contrato.

41. CEPID – João Miguel foi aprovado em concurso público para o cargo efetivo de agente policial da Polícia Federal em centésimo primeiro lugar. O edital do certame ofertava inicialmente noventa vagas. Os noventa primeiros aprovados foram devidamente convocados, dentro do prazo legal e respeitando os preceitos de nosso ordenamento jurídico, mas onze deles desistiram das suas vagas, eis que foram aprovados para o concurso de delegado da Polícia Federal. Após certo decurso de tempo, ao final do prazo de validade do concurso, em razão da sua não convocação, João Miguel pleiteou administrativamente sua nomeação, sem, no entanto, lograr êxito. De acordo com a atual e reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no caso em tela, e mediante auxílio da Defensoria Pública que irá patrocinar a causa, João Miguel

a) não faz jus a via judicial no pleito por sua investidura, pois possui mera expectativa de direito à nomeação, eis que foi aprovado fora do número de vagas, independentemente da desistência dos demais candidatos à sua frente.
b) não deve buscar a via judicial para pleitear sua investidura, pois qualquer candidato, aprovado dentro ou fora do número de vagas do edital, tem mera expectativa de direito à nomeação.
c) deve buscar a via judicial para pleitear sua investidura, eis que tem direito subjetivo à nomeação, diante da desistência dos onze candidatos aprovados à sua frente, observada a ordem de classificação.
d) deve buscar a via judicial para pleitear sua investidura, eis que todo candidato aprovado em concurso público, seja fora, seja dentro do número de vagas oferecidas no edital, tem direito subjetivo à nomeação.
e) deve buscar a via judicial para pleitear sua investidura, eis que possui direito potestativo à nomeação, observado o prazo de trinta dias contados do término do prazo de validade do concurso para ajuizar ação judicial própria.

42. CEPID – A responsabilização estatal subdivide-se em contratual e extracontratual. A primeira trata das relações negociais, de direito privado, regida por princípios dos contratos administrativos e fundada nos casos de inadimplemento de uma obrigação em que viram a responder por ele todos os bens do devedor. A segunda é a responsabilidade extracontratual, que surge de qualquer atividade exercida pelo Estado, independente da preexistência de um contrato, é uma responsabilidade que pode decorrer de atos ou comportamentos, lícitos ou ilícitos, que causem a pessoas danos ou ônus maior do que os suportados pelo resto dos administrados. Acerca desta tema, julgue:

I. O Estado, com base na teoria do risco integral, é civilmente responsável pelos danos que seus agentes, nessa condição, causarem à vítima, ainda que haja culpa exclusiva desta última.
II. Como regra, a teoria da irresponsabilidade vigora sob os atos legislativos, uma vez que os mesmos não incidem responsabilidade civil do Estado.
III. Segundo jurisprudência do STJ, o agente público pode responder diretamente à ação de responsabilidade civil proposta pela vítima.
IV. Nos casos de omissões, a responsabilidade civil do Estado se dá subjetivamente.

Acerca deste tema, estão corretas as assertivas:

a) I, II, III e IV.
b) I e IV.
c) I, II, III.
d) II e III.
e) I, II e IV.

43. CEPID – Segundo José dos Santos Carvalho Filho controle da Administração Pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais se exerce o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa em qualquer das esferas de Poder. Consiste no poder de verificação que se faz sobre a atividade dos órgãos e dos agentes administrativos, bem como em relação à finalidade pública que deve servir de objeto para a Administração. É o poder de corrigir as condutas administrativas, seja porque tenham vulnerado normas legais, seja porque haja necessidade de alterar alguma linha das políticas administrativas para que melhor seja atendido o interesse coletivo. Acerca deste tema, marque a alternativa correta

a) Mandado de segurança pode ser impetrado por partido político, independentemente de representação no Congresso Nacional.
b) O Poder Judiciário se submete a controle por parte do Poder Legislativo, em razão do sistema de freios e contrapesos, porém, não do Executivo.
c) Não cabe ao Judiciário imiscuir-se no mérito administrativo, devendo apenas valorar a discricionariedade dos atos administrativos praticados e revogá-los por motivo de oportunidade ou conveniência.
d) O Poder Legislativo pode exercer controle de natureza financeira, porém, escapa de sua alçada, o controle parlamentar.
e) O Poder Legislativo Estadual exerce, mediante controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, sobre a aplicação das subvenções e renúncia de receitas do Poder Executivo e Judiciário, incluindo administração direta e indireta, com o auxílio do Tribunal de Contas.

44. CEPID – Após completar cinco anos de efetivo exercício, uma servidora da administração do Estado do Rio de Janeiro adquiriu direito à Licença Prêmio. Visado usufruir de tal direito, apresentou requerimento à autoridade competente onde pleiteava o parcelamento do gozo da licença. Diante de tal situação, analise os itens abaixo e responda o que se pede:

I. Não há proibição legal ao gozo da licença de forma parcelada, visto que tal licença pode ser gozada integralmente, ou em períodos de 1 (um) a 2 (dois) meses.
II. Caso requeira o servidor, e com a anuência da chefia imediata, segundo o interesse público, é possível utilizar parcela da licença-prêmio para compensar faltas ao serviço.
III. No caso de gozo parcelado da licença prêmio, deve ser observado intervalo obrigatório de 1 (um) ano entre o término de um período e o início de outro, sem exceções.
IV. A servidora pública em gozo da licença maternidade e ou aleitamento materno será concedida, imediatamente após o término das mesmas, licença prêmio a que tiver direito, mediante requerimento da servidora.

Quantos itens estão corretos:

a) 1.
b) 2.
c) 3.
d) 4.
e) Nenhum.

45. CEPID – Com relação às punições que podem ser impostas aos servidores estaduais, é correto afirmar que:

a) Quando houver conveniência para o serviço, a punição de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 40 % por dia de vencimento ou remuneração.
b) O prazo máximo da punição de suspensão será de 120 dias.
c) A falta disciplinar também prevista como crime na lei penal prescreverá juntamente com este.
d) A Ação Disciplinar prescreverá em 120 dias quanto à advertência.
e) A Ação Disciplinar prescreverá em 3 anos quanto à suspensão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

46. Um cidadão se dirige a uma unidade de uma autarquia federal, com o intuito de obter informações a respeito de si, em banco de dados da instituição. Mesmo recebendo tais informações, o indivíduo não se vê por satisfeito, pois gostaria que a mesma fosse documentada, pois sabia que a referida entidade tinha incumbência legal de fornecer certidão que conste tal informação. Evocando o direito de obtenção de certidões em repartições públicas, previsto na CRFB/88, solicita a certidão citada, recendo, inclusive de forma documentada, uma resposta negativa para o seu requerimento. Inconformado, o cidadão procura um advogado, e o mesmo deve orientá-lo para impetrar:

a) habeas corpus
b) habeas data
c) mandado de injunção
d) ação penal privada
e) mandado de segurança

47. Uma nova lei estadual cearense tipifica como crime determinada conduta naquele estado da federação. Sendo assim, quando um indivíduo de outro estado pratica tal ato, é processado judicialmente. Ocorre que esta lei viola Convenção Internacional de Direitos Imobiliários que o Brasil é signatário, que já existia antes da promulgação da referida lei. Sendo assim, observando a CRFB/88 e o entendimento do STF,

a) A lei deve ser considerada não aplicável, por violar a Convenção Internacional de Direitos Imobiliários, pois a lei é hierarquicamente inferior a todas as convenções internacionais no ordenamento jurídico pátrio.
b) Não há nenhum vício na referida lei estadual no caso exposto, e não há superioridade de tratados e convenções internacionais, salvo de Direitos Humanos.
c) A lei seria inconstitucional devido a violação das competências legislativas, independentemente de tratado ou convenção internacional, já que a Constituição exerce supremacia sobre tais normas independentemente do conteúdo, a exceção dos tratados e convenções de Direitos Humanos, que passarem pelo mesmo quórum e procedimento de PEC's, o que elevaria tais normas, ao status constitucional.
d) Caso a Convenção Internacional adentrasse ao ordenamento jurídico antes da lei, a norma teria vício de "inconvencionalidade", pela supra legalidade da Convenção Internacional de Direitos Imobiliários.
e) Lei penal é de competência legislativa concorrente. Logo, diante da ausência da lei federal, poderá sim o estado legislar sobre o tema.

48. Uma hipotética lei, garante para os trabalhadores domésticos o direito de ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de apenas 1 ano para os trabalhadores domésticos, até o limite de três meses após a extinção do contrato de trabalho. Determinado trabalhador doméstico laborou durante 10 anos na residência de uma socialmente importante família carioca. Em janeiro de 2016, o vínculo foi rompido. O trabalhador sempre foi muito grato ao seu empregador. Entretanto, ao descobrir que importante direito vinha sendo violado, optou por ingressar em juízo 1 ano e 6 meses após o fim do vínculo contratual.
Observando a previsão expressa da Constituição da República assinale a alternativa <u>incorreta.</u>

a) O trabalhador não poderia ingressar em juízo na hipótese da existência da lei referida no caso apresentado, pois se passaram os três meses de limite para a propositura da demanda trabalhista.
b) O direito de ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, não se estende expressamente pela CRFB aos trabalhadores domésticos.
c) O parágrafo único do art. 7º da CRFB/88, apresenta alguns direitos garantidos constitucionalmente aos trabalhadores domésticos, como por exemplo, o direito ao FGTS, garantido a partir da Emenda Constitucional 72/2013.
d) O art. 7º da CRFB/88 garante 120 dias para a licença para a gestante, mas não estabelece o período de licença

referente a paternidade. O referido artigo clama por regulamentação de lei que determine esse período. Ambas as licenças se estendem aos trabalhadores domésticos.

e) O direito ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, não se encontra no rol dos direitos constitucionais estendidos aos trabalhadores domésticos pela CRFB/88.

49. No tocante ao Direito Constitucional Brasileiro, assinale a alternativa que contraria entendimento do Supremo Tribunal Federal:

a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

b) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

c) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

d) STF garante as CPIs acesso a dados bancários dos contribuintes, mas há necessidade de autorização judicial.

e) Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

50. O Município de Rondonópolis-MT publica edital para provimento de cargos na Guarda Municipal local. Consta entre as etapas do concurso, a previsão de exame psicotécnico, pois mesmo não previsto na lei, entendeu o Poder Executivo Municipal, ser importante tal avaliação.

Observando a situação hipotética apresentada, a luz da CRFB/88 e da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

a) A autoridade municipal tem competência para medir a importância do exame psicotécnico para o concurso.

b) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

c) Nem mesmo a lei pode fazer tal exigência, somente a Constituição Estadual.

d) Nem mesmo a lei pode fazer tal exigência, somente a Constituição da República.

e) A exigência de exame psicotécnico pode ser feita livremente pelo órgão ou entidade que promove o concurso, não sendo necessário nem a lei nem o prefeito determinar

.

51. Determinado cliente do Banco do Brasil, recebeu a oferta de serviço bancário. Tratava-se de um título de capitalização que após um ano de investimento, já seria possível o resgate do valor investido com ganhos ainda. Como o cliente também recebeu oferta de banco privado, mas após longa conversa com seu gerente da referida estatal, foi convencido de que era o melhor pra ele aceitar tal proposta. Após um ano, quando tentou resgatar os valores, mesmo com tudo estabelecido em contrato, recebendo resposta negativa do gerente do Banco do Brasil. Inclusive, tal resposta se deu por e-mail, através de anexo timbrado e assinado pelo gerente do banco, sacramentando a violação de direito líquido e certo previsto no Código de Defesa do Consumidor, evidentemente num ato de gestão comercial ilícito. Diante do caso apresentado, aponte a alternativa correta sob a ótica do Direito Constitucional.

a) Por se tratar de ato de gerente de uma sociedade de economia mista, cabe mandado de segurança.

b) Não cabe mandado de segurança, pois o direito líquido e certo violado, não é um direito constitucional, e sim, previsto em norma infraconstitucional, conforme entende o STF.

c) Cabe *Habeas Corpus*, pois o dinheiro do cliente encontra-se retido.

d) Não caberia nenhuma medida judicial, pois a lei pode afastar os indivíduos do acesso ao Judiciário em nome do interesse público, como no caso em tela, por se tratar de sociedade de economia mista.

e) Não caberia mandado de segurança por se tratar de ato de gestão comercial, na atividade lucrativa da instituição, na relação entre cliente e banco, sem prejuízo de outras medidas judiciais cabíveis.

52. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece em seus parágrafos 1º e 2º do artigo 92:

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

Considerando o disposto no trecho acima, tal qual em todo a Constituição no que concerne ao Poder Judiciário, está <u>incorreto</u> afirmar que:

a) O CNJ atua perante os tribunais situados em todo o território nacional.
b) O CNJ é órgão do Poder Judiciário.
c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução,
d) Todos os membros do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, exceto o presidente que será o próprio presidente do STF, que julga os recursos de competência do Conselho, no plantão judicial de recesso de fim de ano.
e) Compete ao CNJ, receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

53. Assinale a alternativa correta, no tocante às Funções Essenciais à Justiça e aos direitos e garantias fundamentais, considerando a CRFB/88 e o entendimento do STF:

a) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, para todos os brasileiros.
b) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo necessária a defesa técnica em todos os remédios constitucionais, salvo *habeas corpus* e *habeas data,* por serem remédios gratuitos.
c) A CRFB/88 não garante expressamente a certidão de nascimento gratuita para todos os brasileiros.
d) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre os bacharéis em Direito, brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
e) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, gozam de vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

54. Numa rua pouco movimentada da cidade, num domingo ensolarado, Tício resolve fazer um passeio delinquente. Adentra pulando o muro de uma residência, e estupra a dona da primeira casa do local. Ao sair, percebe que um vizinho ficou estranhando sua presença. Na frente da mãe do rapaz, dispara dois tiros de revólver calibre 38 na cabeça dele, retirando a vida do indivíduo. Logo após cometer os delitos, Tício se dirige a sua loja, para preparar o material para as encomendas que pretende entregar na segunda-feira, pois mesmo sendo um maníaco sexual e assassino, é um trabalhador responsável.

Os policiais foram acionados desde o primeiro delito. Chegaram na porta da loja de Tício, que estava fechada, e com ele trabalhando lá dentro ,logo após ele ter cometido o segundo crime. Observando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Os policiais podem entrar mesmo sem consentimento ou ordem judicial, pois como chegaram logo após o crime, trata-se de exceção para a prisão em flagrante, prevista na Constituição.
b) Os policiais somente poderiam adentrar a loja, em caso de ordem judicial.
c) Como a loja não é local utilizado como moradia, não se enquadra no dispositivo constitucional, que diz que a casa é asilo inviolável do indivíduo, em regra.
d) Os policias não poderiam entrar na casa de acordo com o caso apresentado, segundo a CRFB/88.
e) Nem mesmo em caso de fundada suspeita de crime ocorrendo na loja, e procedendo a justificativa posterior à entrada sem consentimento, poderiam os policiais entrar no recinto.

55. No que concerna as vedações submetidas aos magistrados e membros do MP, analise as afirmativas:

I. A CRFB/88 veda a participação em sociedade comercial tanto para juízes quanto para membros do MP.
II. Tanto os juízes quanto os membros do MP são proibidos de exercerem atividade político-partidária. Segundo entendimento do STF, respaldado nas leis orgânicas, somente os membros do MP podem se licenciar e retornar posteriormente a atividade de parquet.
III. Tanto os juízes quanto os membros do MP, são impossibilitados de exercer a advocacia. A CRFB/88, apenas aos juízes, a vedação se estende aos três anos após o afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, para atuar perante juízo ou tribunal do qual se afastou.
IV. Tanto os juízes quanto os membros do MP podem exercer qualquer outro tipo de função pública.

Assinale a opção que apresenta a(s) afirmativa(s) correta(s):

a) II
b) I, II e III
c) I e III
d) I e II.
e) III e IV.]

56. Mévio é condenado a 12 anos de prisão por prática de determinado crime. No quinto ano de cumprimento de pena, uma nova lei altera a lei penal, estabelecendo que a conduta praticada por Mévio, teria agora como pena máxima 4 anos. Ocorre que a decisão transitou em julgado. Observando a situação hipotética, no tocante ao Direito Constitucional, é correto afirmar que:

a) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, independentemente da matéria.
b) Nesse caso, a lei deverá prejudicar a coisa julgada.
c) A lei penal jamais retroagirá.
d) A CRFB/88 impõe que todas as leis não devem retroagir, salvo para beneficiar o réu.
e) Em razão do princípio da presunção de não culpabilidade, a lei poderá retroagir no caso exposto.

57. Pompeu e Simão, brasileiros naturalizados, Jean, brasileiro nato e Frank alemão, decidem ir para a Alemanha. Todos são usuários de maconha. Como estavam sem a droga, Simão compra e distribui uma pequena quantidade para cada. Conduta esta, tipificada como crime de tráfico ilícito de entorpecentes, com pena compatível com as sanções brasileiras. Após usar a droga, Pompeu, Frank e Jean resolvem explodir uma boate com 300 pessoas dentro. Delito que traz a previsão de prisão perpétua para os delinquentes pela lei alemã. Simão não participa deste último delito. Meses após, todos retornam ao Brasil. Todos são indiciados e respondem processo criminal na Alemanha.

Considerando que Brasil e Alemanha possuem acordo de extradição assinado e observando a situação hipotética, assinale a alternativa correta, no tocante ao Direito Constitucional:

a) Todos poderiam ser extraditados.
b) Apenas Frank poderia ser extraditado.
c) Pompeu e Simão poderiam ser extraditados.
d) Pompeu, Simão e Frank poderiam ser extraditados.
e) Apenas Simão poderia ser extraditado.

58. Alpha é uma fábrica de material plástico, situada no município de Palmas-TO. A fábrica fica situada ao lado de um rio. De acordo com a lei local, este rio recebe o esgoto que é tratado posteriormente. Mas não há autorização de despejo de elementos químicos diversos, pois se trataria de crime ambiental por deteriorar o meio ambiente. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente é responsável por fiscalizar tal despejo, e por ato do próprio secretário de meio ambiente, foi publicado laudo constatando a legalidade na atividade da empresa. No dia seguinte a publicação do laudo, Felício, vizinho da fábrica, observando que o líquido despejado no rio, tem uma coloração suspeita, alegando que se tratava de elementos não autorizados, propõe ação popular com o objetivo de proteger o meio ambiente local.

Observando a situação hipotética, no tocante ao Direito Constitucional é correto afirmar que:

a) Caso a defesa comprove que o líquido não desrespeitava a legislação, ação deve ser julgada improcedente, mesmo Felício não sendo eleitoralmente alistado.
b) Caso a defesa comprove que o líquido não desrespeitava a legislação, ação deve ser julgada improcedente, e o autor poderá ser condenado a pagamento de custas judiciais, mesmo Felício realmente acreditando que havia a ilegalidade e indícios indicassem nesse sentido.
c) Caso a defesa comprove que o líquido não desrespeitava a legislação, e que Felício sabia que não havia ilegalidade, que propusera a ação com o intuito de vingança, pois é ex-namorado da esposa do secretário de meio ambiente local, a ação deve ser julgada improcedente e o autor poderá ser condenado a pagamento de custas judiciais.
d) Assim como *habeas corpus* e *habeas data,* a ação popular é um remédio constitucional gratuito.
e) Felício, em pleno gozo de direitos políticos, é considerado um cidadão. Sendo assim, é parte legítima para a propositura de ação popular, e possui capacidade postulatória para propor a referida ação, não havendo necessidade de constituir advogado para assinar a petição inicial.

59. Ronaldo da Costa ingressou na magistratura do Estado do Rio de Janeiro, através de concurso público, e tomou posse há um ano. Gilberto Barroso ingressou no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro como desembargador, há seis meses, por ser advogado com mais de 10 anos de atividade, em virtude da regra do quinto constitucional. Breno Ferreira é Juiz do Trabalho com cinco anos de carreira.

Observando a situação hipotética, no tocante ao Direito Constitucional é <u>incorreto</u> afirmar que:

a) Ronaldo poderia perder seu cargo por deliberação do tribunal, sem necessidade de sentença judicial transitada em julgado.
b) Gilberto só poderia perder seu cargo mediante decisão judicial transitada em julgado.
c) Os três citados só poderiam ser removidos por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
d) Caso se aposente, há possibilidade de Breno atuar como advogado, mesmo antes de completar três anos de afastamento da magistratura.
e) Gilberto poderia perder seu cargo por deliberação do tribunal, sem necessidade de sentença judicial transitada em julgado.

60. Estabelece o preâmbulo constitucional: *"Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, <u>sob a proteção de Deus</u>, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL".*

Sobre o preâmbulo constitucional, e os direitos e garantias fundamentais previstos na CRFB/88, é <u>incorreto</u> afirmar que:

a) Apesar de compor a CRFB/88, o preâmbulo não possui força normativa.
b) O Brasil é um país que não possui religião oficial, por isso se diz que é um Estado não confessional.
c) A laicidade estatal deve garantir que nenhuma religião possa ser preferida a outra no âmbito do espaço público-estatal, sendo o ensino religioso facultativo.
d) Se o indivíduo não faz seu alistamento militar, obrigatoriedade prevista em lei, não havendo prestação alternativa para suprir a obrigação não poderia ser privado de direitos, caso a crença religiosa justifique o não cumprimento da obrigação.
e) É assegurada pela CRFB/88, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva. Sendo assim, instituições religiosas tem o direito de prestar serviços de natureza espiritual em presídios, tal qual os presos, têm o direito de receber a referida assistência.

DEGRAU CULTURAL